



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

ATA

REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

Data: 10 de novembro de 2020

Horário: das 10h00 às 11h00

Local: Teams

Participantes	Cargo e Unidade
Ricardo Antonio Nogueira Pereira	Diretor da Secretaria Administrativa
Harley Caixeta Seixas	Diretor do Núcleo Judiciário
Cynthia de Nazaré Vaz Salbê	Diretor do Núcleo de Recursos Humanos
Gilmar Cintra de Araújo	Diretor do Núcleo de Administração
Marhianne Paulla Cunha de Oliveira	Diretora de Secretaria da 1ª Vara Federal
Raphael Elias Faria Cardoso	Diretor de Secretaria da 2ª Vara Federal
Cristiano Oliveira Ribeiro Prado	Diretor de Secretaria da 3ª Vara Federal
Pollyana de Abreu Pimenta	Diretora de Secretaria da 5ª Vara Federal
Maria Aparecida Moreira	Diretora do Núcleo de Apoio à Turma Recursal
Marineide da Silva Braga	Oficial de Gabinete - Turma Recursal - Relator 2
Alessandra Chaves dos Santos Florentino	Oficial de Gabinete - Turma Recursal - Relator 3
Maria Aparecida Batista Vaz Araújo	Diretora de Secretaria da 1ª Vara de Araguaína, em substituição
Marcelo Coutinho Kascher	Diretor de Secretaria da 2ª Vara de Araguaína
Yuri Ribeiro de Carvalho	Seção de Tecnologia da Informação

1. Abertura da reunião

A reunião foi iniciada pelo Diretor da Secad, Ricardo Pereira, que deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos. Em seguida passou a palavra para o Diretor do Nucju/Cemad, Harley Seixas, que agradeceu a participação de todos os membros do Cipe-SJTO na reunião e informou tendo em vista o cenário de pandemia durante o ano e a inoperância do e-Siest por quase todo o período, não foi possível a realização de outras reuniões ao longo do ano. Assim, a presente reunião seria focada nos resultados alcançados de Janeiro a Novembro de 2020 e no levantamento de informações/demandas para subsidiar a reunião do CGER 1ª Região.

2. Resultados das Metas Estratégicas de 2020

O Diretor do Nucju passou a apresentação dos resultados parciais (Janeiro a Novembro/2020) alcançados nas metas estratégicas no ano de 2020, salientando que como é de conhecimento de todos, os relatórios fornecidos pelo e-Siest tem apresentado várias inconsistências, o que pode não refletir a real situação de cada unidade judiciária.

Data de emissão
Data de atualização dos dados
Páginas

Metas	1(Cump. ou Tx.)	2
Diamente	100%	100%
Duro	100%	90%
Prata	90%	85%
Bronze	85%	70%

Percentual de Cumprimento de Metas do CNJ - 2020 Por Vara (Acumulado com JEF Adjunto)

Mês/Ano de Referência:SET/2020

UF	Seção / Subseção	Vara	Metas		Meta 01		Meta 02		Meta 03	Meta 04	Meta 05	Meta 06	Meta 07	M			
			Processos Foco	Conhecimento	mais Antigos		Conciliação	Imp. Admin. e Crim. Contra Admin.	Execução	Ações Coletiva	Criminals Baixados	Tr					
					Distribuídos	No Ano Corrente							No Ano Corrente	No Ano Corrente	Até 2016	No Ano Corrente	
						Até 2015											Em 2016
			Objetivo	Julgar mais que o Distribuído	Taxa de Congestionamento	Julgar todo o Passivo	Julgar pelo menos 85%	Julgar todo o Passivo	Julgar todo o Passivo	Conciliar 6%(Vara-JEF Adj.) 9%(JEF) e 3% demais varas dos Distribuídos	Julgar 60% Imp Adm e 70% Crimes	Baixar mais que o Distribuído	Julgar todo o Passivo	Baixar mais que o Distribuído	J		
TO	Seção Judiciária do Tocantins	1ª - Palmas		114,07%	-68,01%	97,35%	114,66%			198,20%		112,14%	134,92%				
		1ª TR - R1 Palmas		153,58%	-87,70%				99,38%	0,00%							
		1ª TR - R2 Palmas		99,61%	-91,47%				129,67%	0,00%							
		1ª TR - R3 Palmas		113,30%	-65,49%				99,59%	0,00%					#DIV/0		
		2ª - Palmas		116,67%	-73,03%	98,81%	115,65%			19,47%		127,03%	140,26%				
		3ª Vara JEF/EF - Palmas		122,43%	-55,59%	84,71%	111,02%	100,00%		301,80%		35,75%	129,87%				
		4ª - Palmas		71,86%	-66,470,86%	92,27%	90,37%	100,00%		0,00%	134,99%				283,59%		
		5ª Vara JEF/EF - Palmas		122,27%	-55,85%	86,02%	115,92%	99,85%		305,08%		27,14%	142,86%				
		Subseção Judiciária de Araguaína	1ª Araguaína		85,01%	-26.634,34%	82,47%	93,94%	98,10%		605,03%	110,98%	6,74%	109,24%	287,01%		
	2ª Araguaína			114,72%	-18.643,52%	60,47%	73,91%	98,75%		505,88%	129,63%	3,04%	64,62%	232,98%			
	Subseção Judiciária de Gurupi	Gurupi		101,12%	-9.468,33%	100,00%	117,65%	100,00%		812,83%	183,16%	62,70%	142,86%	442,50%			
	Total			111,09%	#####	89,15%	106,86%	99,07%	101,01%	#MULTVALUE	127,52%	38,02%	126,93%	287,34%			

Destacou os resultados apresentados por cada unidade, já identificando a inconsistência na Meta 3, que apontava pendências para as 3 relatorias da Turma Recursal e para a 4ª Vara de forma equivocada. Com os resultados apresentados no relatório, se não forem realizadas as correções necessárias, a Seção Judiciária

alcançaria hoje um único selo, sendo na categoria Ouro, para a 1ª Vara Federal.

Os diretores presentes, mais uma vez, reclamaram dos relatórios emitidos pelo e-Siest, que constantemente tem apresentado inconsistências, em praticamente todas as metas, principalmente nas metas 2 (processos antigos), 3 (conciliação) e 5 (execução fiscal). Os erros constantes em relatórios do e-Siest tem comprometido a confiabilidade no sistema, além de interferir nos controles das metas pelas varas e consequentemente no planejamento dos trabalhos. Os diretores afirmam que todas as movimentações processuais são realizadas de forma correta nos sistemas, mas estas não são refletidas, em sua integralidade nos relatórios do e-Siest. De acordo com o diretores, há, por exemplo, diversos processos suspensos, sobrestados ou arquivados que ainda constam como pendentes de cumprimento, sendo que estes processos não deveriam ser contados nas metas.

A falta de relatórios durante praticamente todo o ano, em decorrência da atualização do e-Siest, tem comprometido em muito a gestão das varas, uma vez que as unidades tem que trabalhar sem os relatórios gerenciais, os quais tinham de forma rápida e confiável no sistema processual (Oracle). A migração dos processos foi apresentada como outro obstáculo pela maioria dos diretores, uma vez que ao migrar os processos para o PJe, deixaram de ter acesso aos relatórios dos mesmos, tendo que trabalhar no "escuro", com controles meramente manuais, gerando retrabalho e perda de tempo na conferência de relatórios que deveriam ser confiáveis e não são.

A Diretora da 1ª Vara informou que ainda há inconsistência nos relatórios da Meta 02, que está considerando processos em cumprimento de sentença como pendentes para o cumprimento da meta, em desacordo com o previsto no Glossário de Metas.

Todos os Diretores solicitaram que haja uma pressão maior na Diest para que as demandas levadas àquela Diretoria sejam tratadas de forma mais rápida e eficiente, uma vez que em diversos casos as demandas passam de um ano para outro sem resolução, o que compromete o trabalho das varas.

O Diretor da 2ª Vara questionou, mais uma vez, o critério da meta 3, apontando que fomentar é diferente de conciliar, tornando o cumprimento da meta fora do controle da unidade judiciária. Na opinião do diretor a meta deveria contabilizar o número de processos enviados à Conciliação para computo da meta, uma vez que a realização do acordo ou não está fora do controle das varas, dependendo única e exclusivamente da vontade das partes. Da forma como está o alcance da meta se torna muito difícil. Além disso, apontou que o relatório aponta indevidamente como pendentes de cumprimento da Meta 2 os processos 0009060-08.2015.4.01.4300, 0001583-22.2001.4.01.4300, 0004083-36.2016.4.01.4300 e 0001055-60.2016.4.01.4300. Relata que a Diest já foi provocada a respeito, com abertura de e-Sosti e PAe SEI (documento 11678431), no entanto sem qualquer resposta até o momento.

Os Diretores presentes questionaram a retirada da informação da quantidade e o relatório de processos pendentes de cada meta. Tal informação constava dos relatórios das unidade até a última atualização do e-Siest.

O Diretor da 3ª Vara informou que em 2016 foi realizada a redefinição das competências das Varas da Seção Judiciária do Tocantins, atribuindo à 3ª e 5ª Varas competência em Execução Fiscal e Juizado Especial Federal (Provimento Coger n. 131/2016), passando as Varas a possuir duas lotações no sistema processual (ORACLE) de acordo com a competência: uma referente ao Juizado Especial Federal e outra referente à Vara Federal. No entanto, com a expansão do sistema PJE para as classes de Execução Fiscal e Juizado Especial Federal, foi criada apenas uma unidade para cada Vara (3ª e 5ª Vara Federal de Execução Fiscal e Juizado Especial Cível da SJTO). Esta alteração nas lotações tem causado diversos problemas às Varas, como: a emissão de relatórios, boletins estatísticos, requisições de pagamento e migração dos processos físicos de competência da Vara. **Destacou que, na 3ª Vara o PJe está vinculado à antiga lotação do JEF (Lotação 03) e por isso o relatório "Última Situação do Processo", da nova versão 3.0 do sistema e-Siest, informa que todos os processos migrados ainda pertencem ao sistema processual e, consequentemente, que estão sem movimentação desde a migração, ou seja, a Vara está sem qualquer dado gerencial e estatístico de aproximadamente 2.300 processos, quase metade do acervo em tramitação ajustada, situação que torna IMPOSSÍVEL a gestão da Vara e a análise do cumprimento das Metas.** Tal situação foi retratada em e-Sostis e no PAe/Sei 0004158-49.2020.4.01.8014, aberto pela 3ª Vara, em 19/10/2020, enviado à Corregedoria, mas sem resposta até a presente data.

No PAe/Sei 0001030-21.2020.4.01.8014, aberto pela 5ª Vara, em 18/03/2020, questionando o problema acima que obteve como resposta da Corregedoria que não é pertinente efetuar a correção nas varas no momento, tendo em vista estudos para mudança das especializações das varas da Seção Judiciária do Tocantins.

Essa indefinição tem comprometido em muito os resultados de ambas as varas, uma vez que prejudica a confiabilidade dos relatórios emitidos pelo e-Siest, que não espelham a real situação das unidades, deixando diversos processos no "escuro" sem qualquer tipo de controle eletrônico.

Outra situação apontada pelos Diretores foi a inconstância dos Relatórios do e-Siest, mostrando dados diferentes a cada vez que se abre o sistema. Um exemplo claro ocorreu na data de hoje, onde o Diretor do Nuju abriu um relatório geral as 09h13, e no início da reunião, as 10h00, o relatório aberto pelos diretores estava com dados diferentes. A Diretora da 5ª Vara relatou, ainda, que do mês de Outubro/2020 para Novembro/2020, os dados mudaram drasticamente, em questão de de mais de 30 pontos percentuais em alguns casos. Isso mostra a falta de confiabilidade dos relatórios estatísticos emitidos pelo e-Siest, o que compromete qualquer tentativa de elaboração de estratégias para alcance das metas, com base nos relatórios disponíveis.

A Diretora da 5ª Vara também relatou sobre as falhas apresentadas no relatório de metas: na Meta 2, por exemplo, constam 2 processos suspensos como "não cumpridos"; na Meta 5, a discrepância entre os dados apresentados em 18/10/2020 e 09/11/2020; a taxa de congestionamento com percentual zerado. **Acompanhando a manifestação do Diretor da 3ª Vara**, acrescentou que há uma demanda sobre alguns desajustes numéricos/estatísticos desencadeados nos Relatórios de Vara extraídos do e-Siest, Boletins Estatísticos, Transparência em Números e PJeÔmetro desta 5ª Vara Federal. Para tanto, foi autuado o PAe/SEI 0001030-21.2020.4.01.8014 e encaminhado à Corregedoria. O NUPJE manifestou, mas, na verdade, os dados permanecem inconsistentes. Em contato com a DIEST, via Teams, a informação foi que a 3ª e a 5ª Vara é uma exceção na 1ª Região, pois o PJe criou "internamente" uma Vara só para os dois (Execução e JEF). E, em razão disso, os dados estão incorretos, ou seja, **todos os relatórios estatísticos estarão com erro/inconsistentes**. Assim como os demais Diretores, ressaltou a dificuldade, ou melhor, a impossibilidade de gestão da unidade.

A Diretora da Secretaria da Turma Recursal informou que até a presente data o sistema e-Migrador não funciona no âmbito da Turma Recursal, o que tem retardado a virtualização dos processos, e atrasado os trabalhos. Apesar disso, a relatorias tem trabalhado para mais uma vez alcançar os selos máximos ao final do exercício. Ressaltou, entretanto, que na Relatoria 1, o processo 6555-73.2017.4.01.4300, é classificado no e-Siest como pendente, mas o mesmo encontra-se sobrestado, não devendo ser considerado no cálculo da Meta 2. Realizada essa correção a referida Relatoria já alcançaria o Selo Diamante.

Apesar das dificuldades enfrentadas com os relatórios deficitários emitidos pelo sistema, as unidades judiciárias tem se empenhado, com controles manuais, para alcançar bons resultados no exercício de 2020, em relação às metas propostas.

3. Carteira de Projetos

Passada da etapa de apresentação dos resultados das metas estratégicas, o Diretor do Nuju passou a explanação sobre a carteira de projetos. Foram apresentados os status de todos os projetos que compõem a Carteira de Projetos da SJTO.

O Diretor do Nuju informou que dos 20 projetos estratégicos que compõem a carteira de projetos da seccional, 18 estão concluídos, e somente 2 estão pendentes de conclusão, mas com previsão de conclusão até o final do exercício., perfazendo um percentual de execução da estratégia de 98%, conforme planilha abaixo.

Plano de Ação SJTO - Planej 2015-2020 - EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA					
Posição em Novembro de 2020					
	Objetivo Estratégico	Iniciativas em andamento	Progresso %	Importância (Peso)	% Execução do Objetivo
1	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Criação da Carta de Serviços da SJTO	100	1	99
		Instalação da 5ª Vara Federal em Palmas	100	3	
		Descentralização da Rede WAN - Contratação de Rede Corporativa de Longa Distância (WAN)	100	3	
		Acessibilidade as instalações da SJTO	95	2	
		Pesquisa de Satisfação dos Usuários Externos	100	3	
		Criação da Central de Pesquisa e Indisponibilidades Judiciais	100	3	
		Instalação da 2ª Vara Federal em Araguaína	100	3	
2	Agilizar os trâmites judiciais	Instalação da 5ª Vara Federal em Palmas	100	3	100
		Instalação da 2ª Vara Federal em Araguaína	100	3	
		Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6 - 2018	100	3	
		Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6 - 2019	100	3	
		Criação da Central de Pesquisa e Indisponibilidades Judiciais	100	3	
		Descentralização da Rede WAN - Contratação de Rede Corporativa de Longa Distância (WAN)	100	3	
3	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Criação da Central de Videoconferência	100	3	100
4	Agilizar os trâmites dos processos criminais, de modo a combater a impunidade	Criação da Central de Videoconferência	100	3	100
5	Aperfeiçoar a gestão da execução da pena alternativa	Criação da Central de Videoconferência	100	3	100
6	Agilizar os trâmites judiciais no cumprimento do julgado (execuções não fiscais)	Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6 - 2018	100	3	100
		Criação da Central de Pesquisa e Indisponibilidades Judiciais	100	3	
		Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6 - 2019	100	3	
7	Agilizar os trâmites judiciais das execuções fiscais	Instalação da 5ª Vara Federal em Palmas	100	3	100
		Criação da Central de Pesquisa e Indisponibilidades Judiciais	100	3	
		Instalação da 2ª Vara Federal em Araguaína	100	3	
8	Agilizar os trâmites processuais na busca do julgamento célere das ações de improbidade administrativa	Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6 - 2018	100	3	100
		Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6 - 2019	100	3	
9	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal	Implantação da Política de Gestão de Riscos da Justiça Federal na 1ª Região na SJTO	60	3	80
		Reestruturação da Seção de Controle Interno.	100	3	
10	Reduzir o acúmulo de processos relativos às demandas repetitivas e dos grandes litigantes	Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6 - 2018	100	3	100
		Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6 - 2019	100	3	
11	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal	Implantação de Programa Bem Estar e Qualidade de Vida no Trabalho	100	2	100
		Ginástica Laboral	100	2	
		Adesão aos Exames Periódicos de Saúde	100	2	
		Pesquisa de Clima Organizacional da Seção Judiciária do Tocantins	100	3	
12	Otimizar custos operacionais	Plano de Logística Sustentável	100	3	100
		Descentralização da Rede WAN - Contratação de Rede Corporativa de Longa Distância (WAN)	100	2	
13	Aprimorar a organização e as práticas da gestão estratégica	Acompanhamento das Metas Estratégicas 2016	100	3	94
		Acompanhamento das Metas Estratégicas 2017	100	3	
		Acompanhamento das Metas Estratégicas 2018	100	3	
		Acompanhamento das Metas Estratégicas 2019	100	3	
		Plano de Logística Sustentável	100	3	
		Implantação da Política de Gestão de Riscos da Justiça Federal na 1ª Região na SJTO	60	3	
		Reestruturação da Seção de Controle Interno.	100	3	
		Acessibilidade as instalações da SJTO	95	1	
14	Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	Obra de Reestruturação do Datacenter da SJTO.	100	3	100
		Descentralização da Rede WAN - Contratação de Rede Corporativa de Longa Distância (WAN)	100	3	
		Obra de Reestruturação do Datacenter da SJTO.	100	3	

15	Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal	Descentralização da Rede WAN - Contratação de Rede Corporativa de Longa Distância (WAN)	100	3	94
		Implantação da Política de Gestão de Riscos da Justiça Federal na 1ª Região na SJTO	60	1	
TOTAL DE EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA ATÉ NOVEMBRO DE 2020 (%)					98

O Diretor do Nucju salientou que o ciclo do planejamento estratégico se encerra ao final do exercício, sendo necessário assim, a formalização de novos projetos uma vez elaborado o novo Planejamento Estratégico da Justiça Federal, para o período 2021/2026.

4. Deliberações do CIPE-SJTO

- Os diretores presentes afirmaram que continuarão a trabalhar com foco nos processos que impactam as metas, com vistas a melhorar o desempenho nas metas, apesar das dificuldades enfrentadas com os relatórios estatísticos.
- Os diretores presentes se comprometeram a verificar a possibilidade de formalização das iniciativas estratégicas, com vista a indicação de projetos para compor a carteira de projetos da seccional para o novo ciclo do planejamento estratégico.

5. Providências a serem tomadas pelo CIPE-SJTO

- Solicitar a Diest a imediata correção dos relatórios de metas, com vistas a espelhar a real situação de cada unidade judiciária, para concessão da premiação do Selo Estratégia em Ação 2020.
- Verificar ao Nupje a possibilidade de regularizar a situação das 3ª e 5ª Varas Federais, com relação a suas competências no PJe.
- Agendar próxima RAE para o mês de março de 2021.
- Submeter a ata da RAE do CIPE-SJTO ao CIPE-TRF1.

Assinatura dos participantes:



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Oliveira Ribeiro Prado, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 13/11/2020, às 10:36 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Harley Caixeta Seixas, Técnico Judiciário**, em 13/11/2020, às 10:38 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Antonio Nogueira Pereira, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 13/11/2020, às 12:25 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Coutinho Kascher, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 13/11/2020, às 16:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Cintra de Araújo, Diretor(a) de Núcleo**, em 16/11/2020, às 09:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Pollyana de Abreu Pimenta, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 16/11/2020, às 16:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia de Nazaré Vaz Salbê, Diretor(a) de Núcleo**, em 17/11/2020, às 15:08 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **11705895** e o código CRC **28BED8DA**.